

## REFLEXOS DA COLONIZAÇÃO APÓS 500 ANOS: UMA ANÁLISE DE COMENTÁRIOS NA GUERRA VIRTUAL BRASIL X PORTUGAL

Hellen dos Santos Nunes<sup>1</sup>

**Resumo:** o artigo analisa a relação entre Brasil e Portugal a partir de comentários extraídos de redes sociais sobre a chamada “guerra memeal da copa”, ocorrida em junho de 2018, dois anos após a “primeira guerra memeal”, travada entre cidadãos dos dois países também em ambiente virtual. O foco da análise se centrou em comentários referentes à questão colonial que assinala a relação entre as nações até os dias atuais. Considerando o olhar de estudiosos como Hall, Silva, Woodward, Dussel, Walsh e Quijano, sobre identidade, diferença, identidade nacional, eurocentrismo, colonização e colonialidade, observa-se como as raízes históricas deixaram marcas fortes nessas culturas, sobretudo nos conceitos que cada uma traça sobre a outra.

**Palavras-chave:** Identidade, Meme, Colonialidade.

**Abstract:** the article analyzes the relationship between Brazil and Portugal based on comments extracted from social networking sites in regard to the so-called "world cup's meme war", which happened in June 2018, two years after the "world's first meme war" also between these two countries on web. The analysis is focused on comments that bring colonial issues that reflect the relationship between these two nations to this day. Through the lenses of scholars such as Hall, Silva, Woodward, Dussel, Walsh and Quijano, on identity, difference, national identity, Eurocentrism, colonization and coloniality, we see how the historical roots left strong marks in these cultures, mainly in the concepts that one traces on the other.

**Key-words:** Identity. Meme. Coloniality.

### Introdução

Um processo de colonização deixa marcas profundas nos povos envolvidos, sejam os colonizadores, que, apesar de estarem em uma posição privilegiada, são de certa forma modificados a partir do convívio com a cultura das sociedades subjugadas, sejam os colonizados, que têm suas raízes bruscamente retiradas devido à imposição do povo que agora se apresenta como seu opressor. Tal acontecimento é tão intenso que é capaz de permanecer no imaginário de seus habitantes muitos anos após o processo de emancipação política dos países colonizados. É o que ocorre na relação entre Brasil e Portugal: cada cultura cultiva suas impressões sobre o período colonial que se apresentam muitas vezes como verdades sobre o outro, mesmo passados quase dois séculos da oficialmente declarada Independência do Brasil.

Apesar da grande distância física que separa os dois países, as redes sociais possibilitam que as discussões sobre o tema se mantenham constantemente presentes sempre que algum pequeno embate envolvendo pessoas das duas nações ocorre, mesmo que seu início surja de

---

<sup>1</sup> Mestranda em Linguística pela Universidade Federal do Espírito Santo. E-mail: hellenuness@gmail.com

uma discussão banal sobre futebol ou algum outro assunto ligado ao entretenimento, tópicos tão comuns de serem discutidos no meio eletrônico. Foi o que ocorreu em junho de 2016 no que ficou conhecido nas redes sociais, sobretudo no Twitter, como “a primeira guerra memeeal”<sup>2</sup>: brasileiros e portugueses “duelaram” durante alguns dias devido ao possível roubo de um meme<sup>2</sup> brasileiro. Dois anos depois, o confronto é retomado, durante a Copa do Mundo de futebol masculino devido a uma postagem realizada pelo cantor *teen* Shawn Mendes em apoio à equipe de Portugal.

Os comentários, porém, não se restringiram ao campo futebolístico, buscando na história comum dos dois países fatos e, sobretudo, impressões que tais acontecimentos suscitam nos cidadãos brasileiros e portugueses. É sobre esse tipo de declaração que nos debruçaremos neste artigo, numa tentativa de observar, a partir de conceitos de identidade, diferença, identidade nacional e eurocentrismo, como o processo de colonização e a colonialidade ainda se fazem presentes nessas culturas. Para isso, inicialmente faremos uma incursão sobre os estudos realizados por Hall (2006, 2009, 2014), Silva (2014), Woodward (2014), Dussel (1993), Walsh (2009) e Quijano (2005), por fim analisaremos comentários recolhidos na rede social Twitter a partir de buscas pelas hashtags “Brasil x Portugal”, “BR x PT” e “Guerra Memeal da Copa” entre os dias 13 e 18 de junho de 2018, quando ocorreu o segundo confronto virtual entre portugueses e brasileiros.

### **Identidade e diferença**

Silva (2014, p. 74) aponta que à primeira vista parece fácil definir identidade: “a identidade é simplesmente aquilo que é”, ou seja, ela parece “uma positividade” e, portanto, “autossuficiente”. Da mesma forma, a diferença se percebe inicialmente apenas como “uma entidade independente”, “autorreferenciada”, algo que “simplesmente existe”. Porém não é difícil perceber a estreita relação existente entre ambas:

Quando digo “sou brasileiro”, parece que estou fazendo uma referência a uma identidade que se esgota em si mesma. “Sou brasileiro” – ponto. Entretanto, eu só preciso fazer essa afirmação porque existem outros seres humanos que *não* são brasileiros. (...) A afirmação “sou brasileiro”, na verdade, é parte de uma extensa cadeia de “negações”, de expressões negativas de identidade, de diferenças (2014, p. 75).

---

<sup>2</sup> Oliveira (2017) conceitua *meme* como “uma forma digital (áudio)visual e/ou textual que é apropriada e recodificada pelos usuários, sendo introduzidas de volta na infraestrutura da Internet de onde vieram”, ou seja, um “molde comum ou modelo formal básico que é rapidamente assimilado, copiado e repetido, gerando diversas versões e variações do *meme* que se espalham de pessoa a pessoa de maneira viral”

É com essa visão que o autor afirma que “identidade e diferença são vistas como mutuamente determinadas” (2014, p. 76), ou seja, a constituição de uma implica necessariamente a existência da outra. Para compreender adequadamente tais conceitos, é preciso destacar que ambos são possíveis apenas devido à criação linguística, já que não se trata de elementos naturais, mas sim de “criaturas do mundo cultural e social” (2014, p. 76). São, portanto, construídas.

Woodward (2014, p. 9) compartilha de visão semelhante em sua reflexão sobre identidade e diferença, ao afirmar a partir de exemplos que:

[...] a identidade é relacional. A identidade sérvia depende, para existir, de algo fora dela: a saber, de outra identidade (croata), de uma identidade que ela não é, que difere da identidade sérvia, mas que, entretanto, fornece as condições para que ela exista. A identidade sérvia se distingue por aquilo que ela não é. Ser sérvio é um “não croata”. A identidade, assim, é marcada pela diferença.

Dessa forma, fica claro que o que caracteriza a identidade é a diferença em relação ao outro – diferença marcada, na verdade, por uma relação de dependência: para ser um “eu”, é preciso se configurar como um “não ele”. Essa marcação é feita socialmente, mas também (e significativamente) por meio de símbolos, sendo capaz de criar classificações, categorizações, que acabam sendo usadas por todo um grupo de pessoas que se entendem como pertencentes a determinada identidade, gerando separações entre essa e o que é diferente. É dessa forma que conceitos culturais são tomados como totais, únicos e verdadeiros. Assim, percebe-se entre os membros de uma sociedade “um certo grau de consenso sobre como classificar as coisas a fim de manter alguma ordem social” (WOODWARD, 2014, p. 42). Para a autora, esses “sistemas partilhados de significação” são o que entendemos por cultura.

Silva (2014, p. 81) destaca que essa categorização não se limita a um simples processo de separação em grupos, mas também cria fronteiras e uma certa hierarquização entre eles, já que “identidade e diferença não são, nunca, inocentes”:

A afirmação da identidade e a marcação da diferença implicam, sempre, as operações de incluir e de excluir. Como vimos, dizer “o que somos” significa também dizer “o que não somos”. A identidade e a diferença se traduzem, assim, em declarações sobre quem pertence e sobre quem não pertence, sobre quem está incluído e quem está excluído. Afirmar a identidade significa demarcar fronteiras. (...) A identidade está sempre marcada a uma forte separação entre “nós” e “eles”. Essa demarcação de fronteiras, essa separação e distinção, supõem e, ao mesmo tempo, afirmam e reafirmam relações de poder (2014, p. 82).

A identidade é usada, portanto, para marcar o Eu e o Outro e, principalmente, para diferenciá-los, quase sempre de tal forma que o que me é estranho seja tomado como inadequado, improprio, errado. Hall (2014, p. 110) confirma essa reflexão ao dizer que as

identidades podem funcionar como pontos de identificação exatamente “por causa de sua capacidade de excluir” e “transformar o diferente em ‘exterior’, em abjeto”. O Outro passa a ser então detestado por não compartilhar das mesmas características (imaginárias, já que social e culturalmente constituídas) que o Nós possui. E o Nós é tomado como referência e único, apesar das discrepâncias, o que gera um sentimento de irmandade. É a partir desse raciocínio que é criada a noção de identidade nacional.

Hall (2006, p. 47) destaca ainda que esta construção também é imaginária, metafórica, já que “essas identidades não estão literalmente impressas em nossos genes, como se fossem parte da nossa natureza essencial”, porém ainda assim trata-se de uma força tão intensa que é capaz de caracterizar a visão que a pessoa tem sobre si mesmo. É o que apresenta ao definir a cultura nacional como “um discurso, um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos” (2006, 50).

Tomando o conceito de *comunidades imaginadas* de Anderson, em que “as diferenças entre as nações residem nas formas diferentes pelas quais elas são imaginadas” (2006, p. 51), Hall aponta algumas características sobre como é construída a cultura nacional. Dentre elas, destaca-se a *narrativa da nação*, ou seja, “como a história é contada e recontada nas literaturas nacionais, na mídia e na cultura popular” (2006, p. 52). Tal processo é bem claro quando pensamos nos efeitos do colonialismo sobre as comunidades envolvidas, o que será discutido na próxima seção.

### **Eurocentrismo, colonização e colonialidade**

A visão desumanizada sobre as comunidades colonizadas sempre foi uma constante durante o processo de expansão europeia desde o século XV. Nesse ponto, o processo de marcação de identidade e, principalmente, de diferença foi fundamental: ao marcar o europeu como civilização, retira-se dos povos dominados na Ásia, África e Américas todo rastro de humanidade, fazendo deles objeto, coisa, portanto, mercadoria passível de ser comercializada, utilizada à exaustão e, por fim, descartada.

Dussel, ao discutir o eurocentrismo a partir da visão única de civilização trazida por Hegel, mostra esse processo de menosprezo pela outra cultura que “elimina da História Mundial a América Latina e a África (e além disso, situará a Ásia num estado de “imaturidade” ou de “infância” essencial)” (1993, p. 18). Num processo de metonímia entre terra e habitantes, Hegel considera a natureza intocada do lugar como marca também da intelectualidade de sua gente, taxada de selvagem, inculta, imatura, e, portanto, inferior. Tal julgamento é visível em

afirmações sobre os povos da América (“A inferioridade destes indivíduos é, em tudo, inteiramente evidente”) e da África (“Entre os negros é realmente característico o fato de que sua consciência não chegou ainda à intuição de nenhuma objetividade. [...] É um homem em estado bruto”) (*apud* DUSSEL, 1993)

Se se trata de povos inferiores, é aceitável que o homem branco, civilizado, os *domestique*, justificando, portanto, “a dominação (guerra, violência) que é exercida sobre o Outro” como “na realidade, uma emancipação, “utilidade”, “bem” do bárbaro que se civiliza, que se desenvolve ou “moderniza”” (1993, p. 75). Dussel mostra a perversidade existente em tal reversão:

Nisto consiste o “mito da Modernidade”, em vitimar o inocente (o Outro) declarando-o causa culpável de sua própria vitimação e atribuindo-se ao sujeito moderno plena inocência com respeito ao ato sacrificial. Por último, o sofrimento do conquistado (colonizado, subdesenvolvido) será o sacrifício ou o custo necessário da modernização (1993, p. 75-76).

Citando o pensador espanhol Ginés de Sepulveda, cujas palavras considera de uma “sinceridade chocante” (1993, p. 76), Dussel mostra a visão do dominador, considerado não só inocente como digno de aplauso, sendo o dominado culpado pelo processo:

O conquistador ou o europeu não só é inocente, mas meritório, quando exerce tal ação pedagógica ou violência necessária. [...] As vítimas conquistadas são “culpadas” também de sua própria conquista, da violência que se exerce sobre elas, de sua vitimação, já que podiam ter “saído” da barbárie voluntariamente sem obrigar ou exigir o uso da força por parte dos conquistadores ou vitimários; é por isso que os referidos povos subdesenvolvidos se tornam duplamente culpados e irracionais quando se rebelam contra esta ação emancipadora-conquistadora (1993, p. 78).

Poderia ser considerado que tais afirmações remontam a um tempo antigo, onde a visão sobre conhecimento era restrita à Europa e seu espírito colonizador, porém, como destaca Hall (2009, p. 102), “o ‘colonial’ não está morto, já que sobrevive através de seus ‘efeitos secundários’”. Segundo o autor (HALL, 2009, p. 102), os “efeitos culturais e históricos a longo prazo do ‘transculturalismo’ que caracterizou a experiência colonizadora demonstram ser irreversíveis”, se fixando na cultura de cada povo já que “a colonização nunca foi algo externo às sociedades das metrópoles imperiais. Sempre esteve profundamente inscrita nelas – da mesma forma como se tornou indelevelmente inscrita nas culturas dos colonizados”. Assim, o doloroso processo de dominação ainda é sentido fortemente e de diferentes formas nas antigas colônias e nos outrora colonizadores.

Walsh (2009) mostra como o processo de dominação europeia sobre as nações americanas inseriu em nossas mentes ideias perpetuadas ao longo da história que ainda nos

mantêm como dependentes de nossos antigos dominadores sobretudo em quatro áreas: a colonialidade do poder, a colonialidade do saber, a colonialidade do ser e a colonialidade da natureza. A colonialidade do poder, iniciada durante a invasão às terras americanas, estabeleceu como marcação de diferença entre dominadores e dominados a raça, ponto que ainda permanece nas “bases dos nossos atuais problemas de identidade como país, nação e Estado”. A colonialidade do poder “descarta e desclassifica a existência e viabilidade de outras racionalidades epistêmicas e outros conhecimentos que não sejam os dos homens brancos europeus ou europeizados”, base que, com algumas exceções, ainda sustenta os centros acadêmicos e de pesquisa nas Américas. A colonialidade do ser ocorre por meio da inferiorização, subalternização e desumanização do outro, “colocando em dúvida o valor humano destes seres, pessoas que por sua cor e suas raízes ancestrais ficam claramente “marcados”” A colonialidade da natureza ignora “o mágico-espiritual-social, a relação milenar entre mundos biofísicos, humanos e espirituais”.

Os processos descritos acima, na verdade, são formas de ignorar completamente toda cultura, formação e humanidade de um povo, fazendo-o inferior, desumano e, portanto, totalmente descartável, indigno de ser considerado um ser completo. Portanto, sua história e, sobretudo, sua versão sobre a História devem também ser totalmente desconsideradas, restando apenas uma forma de narrar os fatos: a dos colonizadores, detentores do saber único e verdadeiro. Quijano (2005, p. 121) narra como esse processo se deu ao mostrar que o domínio sobre os colonizados não se restringiu ao controle físico mas também intelectual, cultural, cognitivo dos dominados, que passam a considerar a história do dominador como a correta, única:

Todas as experiências, histórias, recursos e produtos culturais terminaram também articulados numa só ordem cultural global em torno da hegemonia europeia ou ocidental. Em outras palavras, como parte do novo padrão de poder mundial, a Europa também concentrou sob sua hegemonia o controle de todas as formas de controle da subjetividade, da cultura, e em especial do conhecimento, da produção do conhecimento.

O longo período de dominação colonial sedimentou esse pensamento, tornando-o parte dos povos dominados, que em muitos casos continuam a repetir a versão do colonizador ainda nos dias atuais como a verdadeira, o que mostra que o processo gerou

uma colonização das perspectivas cognitivas, dos modos de produzir ou outorgar sentido aos resultados da experiência material ou intersubjetiva, do imaginário, do universo de relações intersubjetivas do mundo; em suma, da cultura (QUIJANO, 2005, p. 121).

É evidente que, se a visão de alguns colonizados se mantém, o colonizador, que se beneficiou com todo o processo, também não modificará sua percepção sobre os acontecimentos do passado, reproduzindo em sua cultura a noção etnocêntrica dos fatos históricos. A análise dos comentários virtuais de lusitanos contemporâneos realizada a seguir pode comprovar essa afirmação.

### Colonialidade após 500 anos: análise dos comentários

A velocidade de comunicação proporcionado pela internet e o fácil acesso a meios sociais têm contribuído para que os acontecimentos virtuais ocorram em períodos cada vez menores. As discussões através das redes sociais são um exemplo disso: *hashtags* são lançadas, amplamente discutidas e simplesmente desaparecem em poucos dias. Isso ocorreu com a já referida batalha virtual entre portugueses e brasileiros, que teve sua segunda versão concentrada entre os dias 13 e 18 de junho de 2018. Durante esses dias, a análise de comentários que utilizaram as *hashtags* #BRxPT, #BrasilXPortugal e #GuerraMemealdaCopa destaca sobremaneira a pesada carga de comentários agressivos trocadas entre cidadãos dos dois países.

Devido à quantidade gigantesca de comentários, realizamos um recorde que se concentrou na busca de comentários do Twitter que tivessem como foco o passado colonial em comum que ambos partilham, apesar de ocuparem diferentes posições. Essa distinção de lado fica evidente já a partir dos primeiros comentários coletados e as diferentes opiniões expressas, como mostra o exemplo abaixo:



Figura 1

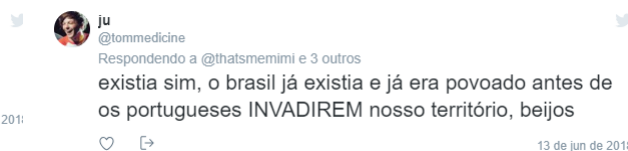


Figura 2

A figura 1, comentário de uma portuguesa, mostra a visão eurocêntrica de desumanização do habitante nativo da terra ao considerar que o Brasil só existe devido a seus colonizadores, já que, para ela, os povos que anteriormente moravam aqui não fazem parte da História Mundial. A figura 2, comentário realizado por um brasileiro em resposta ao primeiro, apresenta o ponto de vista do colonizado, que considera o processo de colonização uma invasão, já que uma terra que possui habitantes não poderia ser colonizada mas sim invadida. A anulação da existência dos índios que habitavam a terra é um exemplo da colonialidade do ser, apontada por Walsh, ao desconsiderar os nativos, colocando-os como não humanos.

A colonização do saber também se mostra presente em determinados comentários que ignoram o conhecimento dos indígenas e os caracteriza como primitivos, sendo Portugal a responsável por “ajudar” o Brasil e seus moradores nativos a se desenvolverem:



Figura 4

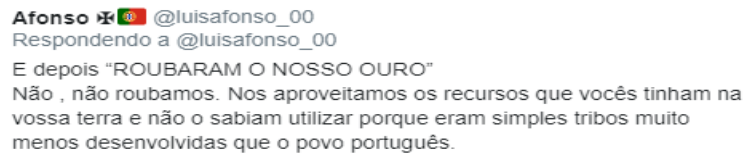


Figura 5

A Figura 4 mostra a visão portuguesa de que índios não possuíam nenhum tipo de desenvolvimento já que se não fosse a colonização “ainda estavam a trepar árvores na Amazônia”, tomando o contato com a natureza como algo primitivo, selvagem, inculto. A “ignorância” indígena também pode ser destaca na Figura 5 onde os povos são comparados, sendo o nativo considerado menos desenvolvido por não saber utilizar os recursos da terra, o que é entendido pelo português apenas como extração dos metais (ouro), trabalho não efetuado de forma exploratória pelo índio, como fazia o português. Para esse, o homem realiza um processo de exploração do ecossistema à sua volta; a convivência do índio com a natureza de forma harmônica, retirando dela apenas o necessário para sua sobrevivência, é indicio de incivilidade.

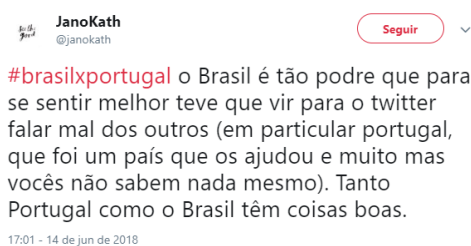


Figura 6

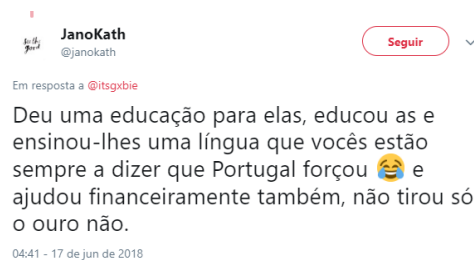


Figura 7

As Figuras 6 e 7, comentários realizados por um mesmo usuário português do Twitter, mostram, além de sinais da colonialidade do saber, uma visão parecida com a que Dussel critica em Ginés de Sepulveda de que a imposição da cultura europeia não era demeritória para o dominante mas sim uma forma de educar o índio, uma ajuda ao processo de torná-lo civilizado e, portanto, digna de aplauso. Nestes comentários fica claro o caráter bondoso que o usuário atribui ao colonizador ao dar educação e ensinar uma língua aos indígenas, o que nos faz lembrar das palavras usadas por Dussel para o pensador espanhol do século XVI: uma sinceridade chocante.



A colonialidade do poder e a colonialidade do ser se misturam em comentários onde se tenta validar o direito do colonizador sobre o colonizado, este considerado pertencente à Colônia, já que inferior:



Figura 8

A Figura 8 traz um recorde de outra página da internet (cuja fonte não é citada) com o qual a autora portuguesa do post tenta comprovar que o direito sobre a terra era dos portugueses que a colonizaram, logo “não faz sentido dizer que Portugal roubou o Brasil”. Merece destaque o trecho inicial do recorte apresentado em que se afirmar que no país “havam apenas índios”, o que mostra a desumanização dos nativos que apesar de já estarem aqui não eram donos da terra, que passou imediatamente para posse de Portugal. A Figura 9 apresenta ainda uma comparação para ilustrar o direito da metrópole sobre terras colonizadas, considerando-as como posses da mesma família ao comparar a extração de ouro do Brasil com um saco de batatas que está no armário de sua casa.

A figura 10, além de destacar a inferioridade de pensamento dos brasileiros, aponta para o que considera uma versão da História deturpada (“nem é bem como eles dizem”), o que traz à tona a versão única dos fatos, sempre aquela contada pelo dominador, e ainda reforçada na cultura nacional. A “versão oficial” da História porém também é acatada por ex-colonizados, como mostram as figuras 11 e 12 abaixo, com comentários de brasileiros que apontam para a aceitação da versão do “descobrimento do Brasil” como acidente ocorrido enquanto Pedro Álvares Cabral tentava chegar à Índia.



Figura 9



Figura 10



Figura 11



Figura 12

Alguns comentários brasileiros que buscam contrariar a versão oficial, como ocorre nas Figuras 13 e 14, apresentam também uma visão irreal da possível situação do país caso não fôssemos colonizados por Portugal, em que viveríamos ainda em total contato com a natureza, como os índios de 500 anos atrás:

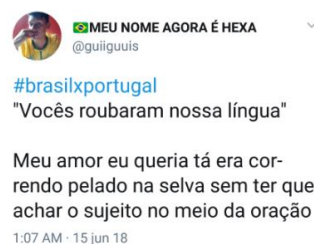


Figura 13

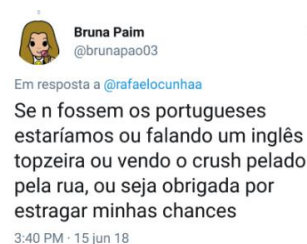


Figura 14

As Figuras 13 e 14 apontam a nudez como uma característica que permaneceria entre os nativos brasileiros caso não fôssemos colonizados por portugueses, ignorando a possível aproximação com outros povos, sejam europeus sejam nativos colonizados por esses, num período de mais de 500 anos, que certamente influenciaria significativamente nossos costumes sociais e culturais, entre eles o uso de roupas. A Figura 14 ainda destaca a possibilidade de uso do inglês como língua mas não fica claro como isso ocorreria (pela colonização britânica à época ou devido ao processo de globalização atual).

As figuras acima trazem ainda uma discussão comum nos comentários analisados: a língua. De um lado, portugueses afirmam que brasileiros lhes roubaram o idioma, como ocorre na Figura 15 abaixo; de outro, brasileiros o menosprezam, valorizando outras línguas, sobretudo o inglês, como feito nas Figuras 14 e 16. Na Figura 13, destaca-se também a confusão realizada pelo brasileiro entre a língua portuguesa e o ensino de nomenclaturas, tão comuns nas escolas, onde se prioriza a fixação de terminologias. O usuário não consegue perceber em sua crítica que não se trata de um problema do idioma, já que todas as línguas possuem uma nomenclatura, mas sim um desvio do ensino brasileiro, que considera a forma mais importante do que o efetivo uso da linguagem.

Na Figura 15, cabe observar na resposta dada pelo brasileiro o destaque dado ao tupi guarani, o que dá a falsa impressão de que se trata de uma língua falada por todos os nativos brasileiros na atualidade quando, devido ao processo de colonização, esse e muitos outros idiomas nativos foram restritos a uma pequena população sobrevivente, quando não exterminados junto com seu povo falante.



Figura 15

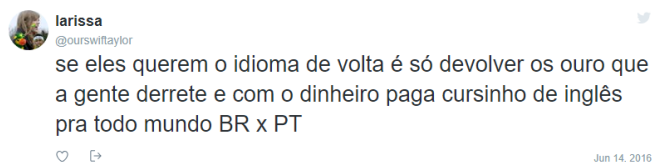


Figura 16

Na Figura 16, observa-se o humor presente no comentário ao sugerir a troca do idioma, caso Portugal devolvesse o ouro brasileiro. A troca do idioma, presente em vários comentários, aponta para uma percepção ingênua dos brasileiros em relação ao processo de colonização: a ideia de que seria mais benéfico se o dominante fosse outro país que não Portugal. Esse pensamento é declaradamente assumido em alguns comentários, como as figuras 17 e 18 abaixo:



Figura 17



Figura 18

A Figura 17 traz comentários de brasileira que hipotetiza que a colonização holandesa nos faria mais desenvolvidos sem levar em consideração que tanto Portugal quanto Holanda tinham como principal objetivo a exploração de recursos das colônias e não seu desenvolvimento. Isso fica evidente quando observada a realidade de antigas terras holandesas como o Ceilão e o Sri Lanka, que não apresentam realidades econômicas e sociais sequer próximas das dos Países Baixos. O comentário exposto na Figura 18 sintetiza o sentimento em relação a Portugal frente a outras nações europeias: desprezo. Aqui ocorre uma confusão entre passado e presente: a internauta descarta o passado de destaque que Portugal tinha durante o período colonial e analisa apenas a atual situação do país, considerado menos desenvolvido frente a outras nações europeias.

Outro ponto bastante discutido em relação ao passado colonial comum diz respeito a um dos períodos mais dramáticos da História do Brasil, a escravidão. Porém a leviandade com que o tema é tratado por alguns portugueses mostra que o processo não deixou as mesmas marcas em colonizados e colonizadores.



Figura 20

Figura 19

Na Figura 19, ao repostar um meme sobre a “morte” de Portugal na Segunda Guerra Memeal, o usuário lusitano associa a imagem de brasileiros carregando o caixão de seu país com o trabalho realizado pelos escravos. Obviamente a ilustração de sua nação como defunta não é agradável ao internauta, porém a associação de brasileiros a escravos sugere que o processo de dominação ainda não acabou. A Figura 20 traz tal declaração de forma bem mais escancarada: a internauta portuguesa mostra haver relação direta entre “amiga brasileira” e “escrava” ainda na atualidade. A brincadeira que parece uma simples forma de responder à provocação brasileira traz uma perversidade visível ao trazer à tona o sofrimento do povo brasileiro e outros trazidos à força de suas terras para servirem à Coroa de Portugal durante o período colonial.

É possível que, devido ao aparente anonimato trazido pela internet (já que grande parte dos perfis não apresentam fotos dos reais comentaristas) e à possibilidade de cortar relações instantaneamente que as redes sociais permitem, muitas vezes as regras de polidez básicas existentes no contato físico real sejam esquecidas no ambiente virtual já que não há a obrigatoriedade do convívio cotidiano, que força os indivíduos que vivem em sociedade a determinadas regras. Isso catalisa o tom muitas vezes agressivo usado em algumas discussões, onde são comuns palavras de baixo calão, menosprezo pelo outro e respostas rasas, sem reflexão do tema discutido. Alguns comentários, porém, conseguem alcançar com profundidade as marcas que processo colonial deixou na nossa sociedade:

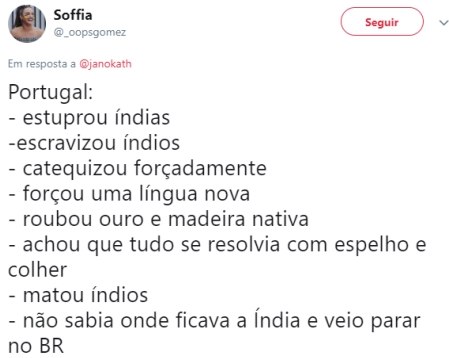


Figura 21

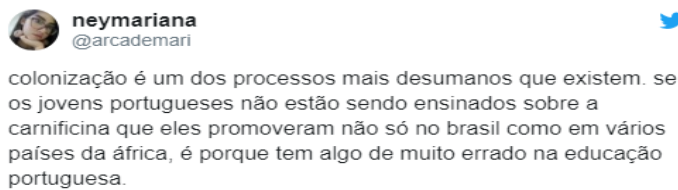


Figura 23



Figura 22



Figura 24

As Figuras 21 e 22 trazem comentários de brasileiros em que são listadas algumas das ações praticadas ao longo do período colonial que podem ser tidas como prejudicial a qualquer povo que seja obrigado a passar por elas, mostrando a seriedade do processo de dominação (à exceção do último comentário de cada post que parece conter um toque de humor). Já os comentários contidos nas Figuras 23 e 24 apresentam uma reflexão mais detalhada sobre a colonização e a escravidão, apresentando como destaque ainda a observação sobre a versão tida como verdadeira pela cultura portuguesa, reforçando a noção de uma única História, como apontado por Quijano (2005) e Walsh (2009).

### **A necessidade de descolonizar colonizadores e colonizados**

Os comentários analisados mostram que tanto brasileiros quanto portugueses mantêm em seu imaginário coletivo de nação uma versão sobre o processo de colonização: impactante, perversa e destruidora para a ex-colônia; suavizada, meritória e justa para a metrópole. As impressões são perpetuadas a partir da cultura nacional, que reforça a cada geração fatos ocorridos há tantos anos atrás tomando apenas o seu ponto de vista como o verdadeiro, apagando a história do outro. Portugal faz isso ao ignorar a história do povo colonizado, que não viveu como os lusitanos as glórias das Grandes Navegações mas sim o sofrimento da dominação; Brasil faz isso ao idealizar a história dos povos que aqui existiam e dos que

chegaram e sofreram neste período em troca do mito da miscigenação, da nação diversa e múltipla que sobreviveu ao colonizador.

Ambos os casos mostram o risco de investir em uma história única, que funciona como um iceberg: a ponta é a reunião das ideias dominantes (ou, mais especificamente, das ideias dos dominantes); abaixo estão todas as histórias dos dominados, silenciadas, submersas, o que impede que sejam enxergadas e reconhecidas, mas que continuam sustentando a parte visível. É preciso trazer à tona tais histórias.

Para isso, é necessário que outrora colonizado e colonizador deixem de ocupar o lugar que lhes parece de direito ao longo da história, é preciso que sejam descolonizados. O primeiro passo é a descentralização do conhecimento, que por tanto tempo teve como centro a Europa. Kleiman (2013, p. 41) se utiliza de termos cunhados por Moita Lopes e Paulo Freire para tratar da necessidade de “contemplar as vozes do Sul” num processo de “suleamento” (em oposição ao “norteamento”) da atividade acadêmica a partir de um

“giro”, ou virada, epistemológico, para a periferia e a partir da periferia, o que torna esses sistemas de saberes não subalternos em relação a um centro sempre hegemônico, como se fosse só lá que se produz o conhecimento “que conta como conhecimento” (2013, p. 43)

Silva (2014, p. 97), em sua reflexão sobre identidade e diferença, aspectos que fortemente marcam a questão da colonialidade, como apontado ao longo deste texto, destaca que ambas “não podem deixar de ser matéria de preocupação pedagógica e curricular” já que:

mesmo quando explicitamente ignorado e reprimido, a volta do outro, do diferente, é inevitável, explodindo em conflitos, confrontos, hostilidades e até mesmo violência. O reprimido tende a voltar – reforçado e multiplicado.

Para isso, Silva apresenta a pedagogia como diferença a partir de uma abordagem não da unificação ou da benevolência com a diferença, mas o questionamento da própria identidade: “os estudantes e as estudantes deveriam ser estimulados, nessa perspectiva, a explorar as possibilidades de perturbação, transgressão e subversão das identidades existentes” (2014, p. 100). É a partir desta perspectiva que tanto ex-colonizados quanto ex-colonizadores podem rever suas impressões, sua cultura e sua identidade, questionando-a.

## REFERÊNCIAS:

DUSSEL, Enrique. **1492**: o encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade. Petrópolis: Vozes, 1993.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

\_\_\_\_\_. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. 1. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

\_\_\_\_\_. Quem precisa da identidade? In: SILVA, T. T. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2014.

KLEIMAN, Angela. Agenda de pesquisa e ação em Linguística Aplicada: problematizações. In: MOITA LOPES, L. P (Org.). **Linguística aplicada na modernidade recente**: festschrift para Antonieta Celani. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2013.

OLIVEIRA, Juracy. **Por uma tipologia dos memes da internet**. Entre.Meios, v. 13, p. 01-15, 2017.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, T. T. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2014.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2014.

WALSH, Catherine. **Interculturalidad y (de)colonialidade**: perspectivas críticas y políticas. XII Congresso de la Association Internationale pour la Recherche Interculturelle (ARIC). Florianópolis, Brasil, jun. 2009.